



À

**Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2021**

**Objeto:** Contratação de operadora de plano de assistência à saúde complementar dos servidores ativos, inativos (aposentados), bem como para seus dependentes legais e pensionistas da SUDAM, para prestação de serviços continuados assistenciais à saúde, para atender as necessidades da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento convocatório.

A **UNIMED SAÚDE E ODONTO S.A.**, com sede na Alameda Ministro Rocha Azevedo, nº 346, Bairro Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 01410-901, inscrita no CNPJ sob o nº 10.414.182/0001-09, interessada em participar deste processo licitatório, vem à presença de V.Sas., solicitar **ESCLARECIMENTOS** sobre as disposições contidas no ato de convocação epígrafado, conforme adiante se especifica:

**PERGUNTA 01:** Por favor informar o início de vigência do contrato.

**PERGUNTA 02:** Favor informar se a SUDAM, está isenta do pagamento de IOF – Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro.

**PERGUNTA 03:** O percentual de impostos a ser retido pela SUDAM, será o total de 7,05% (referente a IR, PIS/PASEP, COFINS e CSLL) conforme Instrução Normativa RFB nº 1234 de 11/01/2012? Se negativo, favor informar o percentual e o número da Lei a ser aplicada para avaliarmos.

**PERGUNTA 04:** Por favor ratificar nosso entendimento de que na hipótese de não haver recursos de atendimento em algumas localidades listadas, serão aplicáveis à presente contratação as regras de atendimento estabelecidas nas Resoluções Normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, em especial às RN's nº 259 e 268, que tratam da garantia de atendimento dos beneficiários de plano privado nas cidades limítrofes. Nosso entendimento está correto? Se negativo, favor explicar detalhadamente.

**PERGUNTA 05:** Por favor ratificar o entendimento de que para o cadastro da proposta eletrônica no site, bem como para a fase de lances, deverá ser considerado o valor global para os 12 meses do contrato (Item 3 – Plano Odontológico).

**PERGUNTA 06:** Por favor informar operadora atual, enviar o relatório de sinistralidade do Plano Odontológico dos últimos 12 meses, separado por plano, contendo mês, nº de beneficiários, faturamento e sinistro.

**Item 5.1 do Termo de Referência:**

**5. DO BENEFICIÁRIO DO PLANO DE SAÚDE DA SUDAM**

5.1. Nos termos da Portaria Normativa Nº 01/2017, são beneficiários do plano de assistência à saúde da Sudam:

I - Na qualidade de servidor, os inativos (aposentados) e os ocupantes de cargo efetivo, de cargo comissionado ou de natureza especial da Administração Pública federal direta, suas autarquias e fundações;

**PERGUNTA 07:** Com intuito de garantirmos o vínculo junto à pessoa jurídica contratante, por gentileza detalhar qual a definição de beneficiário de natureza especial.

**Item 21. do Termo de Referência:**

**21. DO REAJUSTE**

21.2 Poderá haver reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em função da sinistralidade, desde que devidamente demonstrado e comprovado o impacto da variação dos componentes dos custos, com as respectivas justificativas, na manutenção dos preços de contratação.

**PERGUNTA 08:** Cumpre esclarecer que para o reequilíbrio do contrato em função da sinistralidade, o ponto de equilíbrio será de 60%. Estão cientes e de acordo?

**Item 5.6 do Termo de Referência:**

**5.6.** Após o falecimento do servidor os dependentes referidos no inciso III acima poderão permanecer no plano de assistência à saúde de que trata Termo de Referência, nas mesmas condições contratuais, mediante opção a ser efetivada junto a SUDAM.

**PERGUNTA 09:** Por favor ratificar o entendimento de que o item supracitado refere-se somente aos planos de saúde.

**Item 5.4 do Termo de Referência:**

5.4 Equipara-se ao servidor, referido no inciso I acima, o ocupante de emprego público de órgão da Administração Pública Federal direta ou de uma de suas autarquias e fundações.

**PERGUNTA 10:** Por favor ratificar o entendimento de que o ocupante de emprego público mencionado no item 5.4 possui, obrigatoriamente, vínculo empregatício ou estatutário com o SUDAM, nos termos do artigo 5º da RN 195 e respectivos artigos e caso contrário, a Licitante não está obrigada em incluir/aceitar o beneficiário.

**Item 5.5 do Termo de Referência:**

**5.5.** É garantido ao servidor exonerado a manutenção no plano de saúde, após a perda do vínculo com o órgão ou entidade do SIPEC, nas condições estabelecidas na legislação em vigor.

**PERGUNTA 11:** Por favor ratificar o entendimento que o servidor exonerado mencionado no item 5.5 deverá seguir com os parâmetros e requisitos previstos nos artigos 30 e 31 da Lei n. 9656/98 e regulamentado pela RN 279 da ANS.

**Item 5.6.4 do Termo de Referência:**

5.6.4 O dependente que optar por permanecer no plano de assistência à saúde, na forma constante no item 5.5, deverá assumir integralmente seu custeio, exceto na qualidade de pensionista.

**PERGUNTA 12:** Por favor ratificar o entendimento que a situação do item 5.5 e consequentemente, deste item 5.6.4 se refere ao servidor exonerado ou aposentado, devendo seguir exatamente as determinações da RN 279 da ANS.

**Item 9.1.4 do Termo de Referência:**

9.1.4 Caberá a operadora de saúde o ônus e a responsabilidade da remoção do paciente para uma unidade do Sistema Único de Saúde-SUS, que disponha de serviço de urgência e/ou emergência, visando a continuidade do atendimento.

**PERGUNTA 13:** Por favor confirmar o entendimento de que o item supracitado está subordinado a RN 347/2014 da ANS e suas diretrizes.

**Item 12.1.4.2 do Termo de Referência:**

12.1.4. É assegurada a inclusão:

12.1.4.1. do recém-nascido, filho natural ou adotivo do servidor ativo ou inativo (aposentado), isento do cumprimento dos períodos de carência já cumpridos pelo servidor, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o evento nascimento;

12.1.4.2. do filho adotivo, nas mesmas condições do filho biológico previstas no item 5 deste Termo de Referência, com aproveitamento dos períodos de carência já cumpridos pelo servidor, ativo ou inativo (aposentado), adotante.

**PERGUNTA 14:** Por favor ratificar o entendimento que a inscrição do filho adotivo, como dependente, aproveitando-se os períodos de carência já cumpridos pelo titular, deve também estar condicionado ao prazo máximo de 30 dias da adoção.

**Item 12.3.9 do Termo de Referência:**

12.3.9 É garantido aos servidores exonerados a manutenção no plano de saúde, após a perda do vínculo com a SUDAM, nas condições estabelecidas na legislação em vigor, desde que assumam integralmente o respectivo custeio.

**PERGUNTA 15:** Por favor ratificar o entendimento que a previsão do item 12.3.9 deve seguir a RN 279 da ANS (demitidos e exonerados sem justa causa e aposentados).

**Item 25.1.6 do Termo de Referência**

**25. DISPOSIÇÕES GERAIS**

25.1.6 Em caso de divergência médica/odontológica na concessão da autorização prévia, para dirimir o conflito, será instaurada junta médica/odontológica no prazo máximo de quarenta e oito horas, contadas da formalização do processo;

**PERGUNTA 16:** De acordo com a RN 424 da ANS, que prevê as regras para realização de Junta Médica, o prazo determinado para realização deste processo, ou seja, desde a entrada do pedido até a conclusão da Junta Médica, segue os prazos da RN 259, artigo 3º da ANS. Neste sentido, pedimos confirmar que a operadora poderá seguir os prazos previstos na RN 424 e 259 da ANS?

**Item 15.1.11 do Termo de Referência**

**15.1.11.** Fornecer, gratuitamente, credencial / cartão de identificação personalizado a cada um dos beneficiários, contendo, no mínimo, o nome do Órgão, nome do beneficiário, tipo de plano, as carências e a validade, cuja apresentação, acompanhada de documento de identidade, assegure o direito à utilização do benefício;

**PERGUNTA 17:** Cumpre esclarecer que os cartões de identificação seguem o padrão de informação da Contratada, o que assegura o atendimento dos segurados. Estão cientes e de acordo?

**Item 15.1.11 do Termo de Referencia**

**12. DA INCLUSÃO, CARÊNCIAS E EXCLUSÃO**

12.3.4. No caso de licença sem remuneração, afastamento legal, ou suspensão temporária de remuneração, o servidor poderá optar por permanecer no plano de assistência à saúde suplementar, devendo assumir integralmente, durante o período da licença, o respectivo custeio das despesas, observado o disposto no artigo 183, § 3º da Lei nº 8.112/1990, alterada pelo art. 9º da Lei 11.302/2006, em consonância com a Norma do PROAS da SUDAM vigente.

**PERGUNTA 18:** Cumpre esclarecer que a cobrança dos segurados ativos supracitados no item 12.3.4 é realizada diretamente ao Órgão. Estão cientes e de acordo?

**Item 15.1.13 do Termo de Referencia**

15.1.13. No caso de inclusão, alteração e/ou cadastramento, nos limites de prazos fixados nos itens "a", "b" e "c" acima, não impedirá o atendimento, devendo ser fornecida uma identificação provisória, até que seja fornecido o Cartão de Identificação.

**PERGUNTA 19:** Cumpre esclarecer que a confecção dos cartões de identificação do plano será de 15 dias e os cartões virtuais poderão ser utilizados em até 48 horas após a inclusão do beneficiário. Estão cientes e de acordo?

**Item 15.1.19 do Termo de Referencia**

15.1.19. Os profissionais e/ ou instituições relacionadas na Rede credenciada deverão estar dimensionados adequadamente para o cumprimento de todos os procedimentos constantes deste Termo de Referência. Havendo descredenciamento por iniciativa da operadora de saúde contratada ou dos profissionais de estabelecimentos relacionados na rede credenciada, a substituição deverá ser efetuada por profissional/estabelecimento de qualificação equivalente, com o mesmo padrão de qualidade ou superior e mediante comunicação à Contratante com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo que para os casos de tratamentos já iniciados deverá ser garantida pela operadora de saúde contratada a sua continuidade com o mesmo profissional, até o seu término, salvo acordo prévio com o beneficiário/paciente.

**PERGUNTA 21:** Cumpre esclarecer que a Contratante segue as determinações da RN 365/2014 e suas diretrizes. Estão cientes e de acordo?

**Item 1.1 Objeto do Termo de Referencia**

**Plano C - Assistência odontológica ambulatorial** com abrangência no município de Belém/PA e sua região metropolitana e assistência odontológica emergencial com atendimentos nacional, contratados por preço unitário, nos termos da Lei nº 9.656/1998. Observando-se as disposições da Portaria Normativa Nº 1, de 9 de março de 2017, da Secretaria de Gestão Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o disposto na Lei nº 8.666/1993.

**PERGUNTA 22:** Por favor ratificar o entendimento que a abrangência do atendimento assistência odontológica seguirá Conforme a Resolução Normativa RN nº 259/2011, da ANS, alterada pela Resolução Normativa RN 268/2011, da ANS. Estão cientes e de acordo?

**Item 15.1.53 do Termo de Referencia**

15.1.53. Caso seja opção do beneficiário a utilização de recursos não credenciados, desde que constem no Rol da ANS, será oferecido reembolso de 1 vez a tabela da operadora;

**PERGUNTA 23:** Por favor ratificar o entendimento que referente ao item supracitado Contratante seguirá Conforme a Resolução Normativa RN nº 259/2011. Estão cientes e de acordo?

**Itens 16.1.2 e 16.1.3 do Termo de Referencia**

16.1.2. Havendo negativa de autorização para realização do procedimento e/ou serviço solicitado por profissional de saúde devidamente habilitado, a operadora deverá informar ao beneficiário detalhadamente, em linguagem clara e adequada, o motivo da negativa de autorização do procedimento, indicando a cláusula contratual ou o dispositivo legal que a justifique. O beneficiário, sem qualquer ônus, poderá requerer que as informações prestadas na forma do caput sejam reduzidas a termo e lhe encaminhadas por correspondência ou meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme preconiza o artigo 10 da Resolução Normativa Nº 395/2016, da ANS. 16.1.3. O beneficiário, sem qualquer ônus, poderá requerer que as informações prestadas na forma sejam reduzidas a termo e lhe encaminhadas por correspondência ou meio

eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, devendo-se considerar o horário de funcionamento da operadora Contratada.

**PERGUNTA 24:** Por favor ratificar o entendimento que referente ao item supracitado a Contratante seguirá Conforme a Resolução Normativa RN nº 389/2015. Estão cientes e de acordo?

**Itens 25.1.5 do Termo de Referencia**

**25.1.5.** Nos casos em que a operadora estabelecer autorização prévia, deverá ser garantida a avaliação do atendimento pelo profissional avaliador no prazo máximo de um dia útil, contado da data da solicitação, para a definição dos casos de aplicação das regras de regulação, ressalvadas as hipóteses de urgência ou de emergência;

**PERGUNTA 25:** Cumpre esclarecer que para os planos odontológicos haverá autorização prévia no prazo de 48 horas. Estão cientes e de acordo?

**Itens 25.1.5 do Termo de Referencia**

15.2.3. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis da ANVISA e do Conselho Regional de Odontologia do Estado do Pará (CRO-PA).

**PERGUNTA 26:** A Operadora está sediada no município de São Paulo, não sendo titular de qualquer estabelecimento localizado no território sob jurisdição de qualquer outro Conselho Regional além do CRO/SP, desta forma por favor ratificar o entendimento que os serviços prestados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis da ANVISA e do Conselho Regional de Odontologia do Estado de São Paulo.

**Item 18.10 e 18.10.1 do Edital:**

18.10. Para fins de habilitação neste Pregão, o licitante deverá apresentar, ainda:

- b) Declaração de Elaboração Independente de Proposta
- c) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;
- d) Declaração de Menor
- e) Declaração de não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado
- f) Declaração de Acessibilidade
- g) Declaração de Cota de Aprendizagem

18.10.1. As declarações constantes no subitem 18.10, letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” devem ser encaminhadas no momento da elaboração e envio de proposta pelo Sistema, na forma prevista neste Edital

**PERGUNTA 27:** Por favor esclarecer se a Licitante deverá anexar as declarações junto aos documento de habilitação no Sistema ComprasNet ou somente deverá assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico.

São Paulo, 16 de Março de 2021.

Atenciosamente,

**Unimed Saúde e Odonto S.A**  
Departamento de Licitações e Área Técnica.  
Telefone: 11-3265-9081.